



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

ANA RITA DE SOUSA OLIVEIRA

CONTEXTUALIZANDO A MERENDA ESCOLAR E A IMPORTÂNCIA
DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO PARAIBANO: UM
ESTUDO DE CASO EM SERRA BRANCA - PARAÍBA

11/07
31/07/2011
04:00:00
47/02

Sumé - PB

Outubro/2011

ANA RITA DE SOUSA OLIVEIRA

Monografia apresentada à Universidade Federal de Campina Grande, *Campus Sumé*, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido Brasileiro.

Orientador: Luiz Antônio Coelho da Silva

Sumé - PB

Outubro/2011

O482c Oliveira, Ana Rita de Sousa.

Contextualizando a merenda escolar e a importância da agricultura familiar no Semiárido Paraibano: Um estudo de caso em Serra Branca – Paraíba. / Ana Rita de Sousa Oliveira. - Sumé, 2011.

50 f; il.

Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Curso de Especialização em Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido Brasileiro.

Orientador: Professor Ms. Luiz Antônio Coelho da Silva.

1. Agricultura familiar. 2. Educação Contextualizada. 3. Merenda escolar. I. Título.

UFCG/BS

CDU: 37(043.3)

ANA RITA DE SOUSA OLIVEIRA

CONTEXTUALIZANDO A MERENDA ESCOLAR E A IMPORTÂNCIA
DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO PARAIBANO: UM
ESTUDO DE CASO EM SERRA BRANCA - PARAÍBA

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Professor Mestre Luiz Antonio Coelho da Silva - Orientador
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Professora Mestre Sônia Maria Lira Ferreira – Examinadora Interna
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Professora Adriana de F. Meira Vital – Examinadora Interna
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Sumé – PB

Outubro/2011

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa com amor aos principais incentivadores e responsáveis pelo êxito obtido, a meus filhos Pedro e Paulo e a meu esposo Fábio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Criador e Pai, Deus: Criou-nos para os mais elevados alvos, mostrando, em nossos caminhos, Seu amor. Capacitou-nos para essa jornada e sempre que pedimos ajuda; não nos desaponta. Concedeu-nos Sua vitória, por isso, entregamos-Lhe nossas carreiras. Obrigada Senhor!

Aos nossos familiares, professores, colegas e amigos que trilham conosco este caminho, nossos sinceros agradecimentos pelo apoio, carinho, força, enfim, pelo amor incondicional. Queremos dizer que ainda há muito pela frente, há muito a descobrir. É por isso que mais do que nunca, as suas presenças tornam-se fundamentais.

A meus filhos Pedro e Paulo pela paciência e por tantas noites que dormiram sem mim, ficando sozinhos, desde muito cedo sem minha presença.

Ao meu esposo pela paciência e compreensão durante todos os momentos que me ausentei da minha família.

As minhas irmãs Lúcia de Cássia, Vilma e Vânia pela força e compreensão que me deram nesta jornada. Foi difícil, mas eu venci.

As minhas sobrinhas Lavinia e Larissa que amo muito.

Em especial ao professor Luiz Antonio, pelo relevante trabalho e dedicação, não deixando que viesse desistir diante dos problemas existentes. Obrigada professor, você é a prova de amor à profissão e respeito ao aluno.

A vocês meu muito obrigada!!!

"Um país se faz com homens e livros".
(Monteiro Lobato)

RESUMO

Este trabalho objetiva descrever a alimentação escolar em escolas públicas de Serra Branca – Paraíba, contextualizando-a com o aprendizado escolar dos alunos pesquisados. Utiliza-se de conceitos primordiais para o estudo: a agricultura, agricultura familiar, programa nacional de alimentação escolar, dentre outros. Assim, o estudo em questão analisa na prática escolas públicas que utilizam a merenda escolar em seus lanches e demonstram de forma enfática a exigência de refeições diárias por parte dos alunos que as frequentam; alunos estes geralmente carentes e de baixa renda, os quais dependem muitas vezes da alimentação escolar para se alimentarem. Os questionários aplicados nas escolas públicas do estudo buscam entender a importância da merenda escolar para o aluno, contextualizando com o ensino e aprendizagem em sala de aula. Observa-se que existe uma maior preocupação dos gestores públicos em comprar merenda escolar da agricultura familiar, todavia, tal preocupação é decorrente da lei, e não de preocupação humana e social destes gestores, os quais deveriam ter uma maior mobilização na busca de qualidade de vida para a sociedade que representa. Vê-se ainda, que os agricultores e agricultoras organizados têm mais força e voz nos fóruns de discussão, nos movimentos sociais em geral, para organizar a produção e facilitar o acesso aos mercados consumidores locais/regionais, demonstrando para a sociedade que a agricultura familiar é produtora de alimentos diversificados e de qualidade cada vez melhor, por não utilizar produtos agrotóxicos, sendo, portanto, mais saudáveis, porém um pouco mais caros. É fundamental modificar principalmente a concepção de que a alimentação escolar existe para o aluno carente e desnutrido, mas que esta deve ser encarada como uma refeição para manter o aluno alimentado, enquanto estiver na escola, desconsiderado sua situação econômica, e não como mecanismo para erradicar a desnutrição dos alunos. A educação contextualizada representa assim a maior saída para a alienação sofrida pela classe trabalhadora e para os seus filhos, ambos receptores direta ou indiretamente da educação formal.

Palavras-chave: agricultura familiar, merenda escolar, educação contextualizada.

ABSTRACT

This paper aims to describe the school feeding in public schools Serra Branca - Paraíba, contextualizing it in the learning of pupils surveyed. He uses concepts essential to the study: agriculture, family farming, the national school feeding program, among others. Thus, the study shall evaluate in practice using the public schools in their school lunches and snacks to emphatically demonstrate the requirement of daily meals for the students who attend, these students often poor and low income, which depend on many times of school meals to feed themselves. The questionnaires used in the public schools of the study seeks to understand the importance of school lunches for students, contextualizing the teaching and learning in the classroom. It is observed that there is a major concern of public managers in buying school lunches family farming, however, that concern arises from the law, and not human and social concerns of managers, which should have a greater mobilization in pursuit of quality life for the society it represents. It is seen also that the family farmers have organized more power and voice in the discussion forums, social movements in general, to organize production and facilitate access to markets local / regional, demonstrating to society that family food producer is diverse and ever improving quality, by not using pesticide products, and therefore more healthy, but slightly more expensive. It is particularly essential to change the perception that there is school feeding for malnourished and needy students, but that this should be seen as a meal to keep the students fed while at school, regardless of their economic situation, and not as a mechanism to eradicate malnutrition of the students. Contextualized education thus represents the largest outlet for the alienation experienced by the working class and their children.

Keywords: family agriculture, school meals, education context.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PEAE – Programa Estadual de Alimentação escolar

PENAE – Programa Nacional de Alimentação escolar

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CME – Campanha de Merenda Escolar

INAE – Instituto de Assistência ao Educando

FAE – Fundação de Assistência ao Estudante

COBAL – Companhia Brasileira de Alimento

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MEC - Ministério da Educação e Cultura

SEDUC – Secretaria Estadual de Educação

TCU – Tribunal de Contas da União

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FENAME – Fundação Nacional de Material Escolar

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Para você, a merenda escolar é importante?.....	33
QUADRO 02 - Você come a comida oferecida na escola?.....	34
QUADRO 03 - Você gosta da merenda escolar?.....	34
QUADRO 04 - A quantidade de comida oferecida a você na escola é:.....	35
QUADRO 05 - A comida oferecida na escola é variada?.....	35
QUADRO 06 - Na alimentação fornecida na merenda escolar existe alguma que você não tem em casa?.....	36
QUADRO 07 - Falta merenda algum dia na escola?.....	37
QUADRO 08 - Você já deixou de vir à escola, por não ter merenda?.....	37
QUADRO 09 - Você costuma trazer lanches de casa?.....	38
QUADRO 10 - Você prefere os lanches de casa ou a merenda oferecida na escola?.....	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
1. 2 Considerações iniciais sobre o tema.....	13
1. 2 Agricultura.....	14
1. 3 Agricultura familiar e sua importância econômica.....	14
1. 4 Origem dos alimentos.....	16
1. 5 Produção e aquisição de alimentos.....	17
1. 6 Contexto histórico da alimentação escolar.....	18
2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.....	22
2.1 Características e peculiaridades do PNAE.....	22
2.2 A merenda escolar no município de Serra Branca-Paraíba.....	28
2.2.1 Elaboração de cardápio.....	30
3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS.....	31
3. 1 Estudo de caso: Escolas Públicas de Serra Branca-PB.....	31
3. 2 Avaliação gráfica dos questionários.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE.....	44

INTRODUÇÃO

A educação brasileira enfrenta freqüentemente crises estruturais em busca de uma melhor qualidade em todo o seu processo. Todavia, algumas melhorias e alternativas já foram feitas para o crescimento da educação e a sua saída do atraso em que se encontra.

Ao observar a Alimentação fornecida nas escolas do município de Serra Branca - Paraíba percebe-se o quanto é descontextualizada, visto que, com a implantação do projeto de compra da Alimentação escolar diretamente dos agricultores familiares pode-se mudar o cardápio de acordo com os hábitos alimentares da região.

O presente trabalho tem como objetivo geral realizar uma análise da implantação dos produtos da agricultura familiar, na alimentação escolar e sua importância para os alunos do 5º ano do ensino Fundamental das escolas Municipais de Serra Branca. E como objetivos específicos: compreender a importância da merenda escolar e seu contexto; analisar os requisitos de implantação, para a agricultura familiar; discutir os requisitos para a compra dos produtos oferecidos pelos agricultores; identificar a aceitação do cardápio da alimentação oferecida pelas escolas municipais de Serra Branca-Paraíba; verificar o nível de aceitação da merenda escolar pelos alunos; e discutir a nova proposta de alimentação escolar-agricultura familiar. Assim, analisa de forma geral o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a Agricultura familiar. Ressalta também a importância da merenda escolar para a incorporação de hábitos alimentares saudáveis e a garantia de condições nutricionais adequadas para os alunos de diferentes classes socioeconômicas.

Outro aspecto importante é no que diz respeito aos hábitos alimentares regionais onde deve haver observação da vocação agrícola do município e o fomento do desenvolvimento local. Apoiados nesses pressupostos surgem e ampliam-se cada vez mais projetos de aquisição da merenda escolar diretamente dos agricultores, bem como processos de (re) educação alimentar nas escolas, embora os recursos repassados pelo Governo Federal sejam menores que o necessário para a elaboração de uma dieta que atenda os objetivos do PNAE,

considerando o objetivo do governo brasileiro em erradicar a fome, torna-se necessário aumentar os recursos para o PNAE, Prefeituras e Estado para a melhoria da condição nutricional de crianças e adolescentes do semiárido brasileiro.

Este trabalho se justifica na medida em que contribui para a discussão teórica sobre a possibilidade de uma educação contextualizada, com a valorização do educando. Com isso, valoriza-se novas formas de inclusão social com melhorias para toda a sociedade que clama por mais igualdade social e melhores condições de vida e de trabalho.

Nesta pesquisa, os procedimentos metodológicos estão pautados basicamente na realização de pesquisa exploratória, com caráter qualitativo e quantitativo, onde se buscaram um levantamento bibliográfico com as mais diversas obras que tratam da alimentação escolar e consultas a periódicos que tratam da temática em questão. Assim, foram analisadas literaturas especializadas, com levantamento de informações a respeito do tema tratado de maneira científica, além do estudo de caso, *in loco* em escolas públicas da cidade de Serra Branca – Paraíba com a aplicação de questionários.

Os principais autores analisados durante o trabalho foram: Amaro (2002), Costa (2004) e Evangelista (2000).

O trabalho está estruturado, além dessa introdução, em três capítulos. No primeiro capítulo busca-se mostrar as considerações iniciais sobre a agricultura familiar e sua importância econômica, além do conceito, da produção ou aquisição de alimentos, além do contexto histórico da alimentação escolar.

No segundo capítulo pretendeu-se mostrar com total detalhamento o programa nacional de alimentação escolar (PNAE). Tendo-se como subtópicos deste capítulo: características e peculiaridades do PNAE, o programa nacional de alimentação escolar na Paraíba e a merenda escolar no município de Serra Branca – Paraíba.

Já no terceiro e último capítulo, temos a explanação do estudo de caso nas escolas públicas da cidade de Serra Branca, na Paraíba. Além de ser feito uma avaliação gráfica dos questionários. Por fim, temos a as considerações finais do trabalho e as suas referências.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TEMA: REPENSANDO A MERENDA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.

Em tempos de globalização, a educação passa por constantes transformações, desde o modo de ensino-aprendizagem, até a influência da alimentação no contexto educacional e pessoal dos discentes.

As escolas estão empenhadas com esta questão, já deram um grande passo em relação à Educação Ambiental, pois a alimentação está diretamente relacionada às questões ambientais. Penso que incentivando a utilização de frutas, leguminosas, cereais, alimentos caseiros, para a merenda escolar, provenientes da agricultura familiar estamos contribuindo de forma direta com a conscientização de que quanto mais natural for nossa alimentação mais saúde terá.

A partir de agora, com a aprovação da Lei nº 11.947/2009, que no mínimo 30% do valor destinado por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Fundo de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação (PNAE/FNDE/MEC), gestor dessa política, deverá ser utilizado na aquisição da produção agrícola familiar. Trata-se de uma grandiosa conquista, tanto para as crianças, que terão acesso a alimentos de qualidade, quanto para os agricultores ecologistas, que recebem um considerável estímulo para avançar na prática.

A merenda escolar é um bem-estar proporcionado aos alunos durante sua permanência na escola e tem como principal objetivo suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais, melhorar a capacidade de aprendizagem, formar bons hábitos alimentares, manter o aluno na escola.

Assim, é necessário o real cuidado com a alimentação escolar, considerando as normas técnicas para adquirir a merenda e a preocupação com o bem estar social de todos. É importante refletir quanto ao valor nutricional da mesma, bem como sua origem.

1.2 AGRICULTURA

Agricultura é o conjunto de técnicas utilizadas para cultivar plantas com o objetivo de obter alimentos, fibras, energia, matéria-prima para roupas, medicamentos, ou apenas para contemplação. Quem trabalha na agricultura chama-se agricultor. O termo fazendeiro ou lavrador se aplica ao proprietário de terras rurais onde, normalmente, é praticada a agricultura, a pecuária ou ambos. O prefixo *agro* tem origem no verbete latino *agru* que significa "terra cultivada ou cultivável".

A ciência que estuda as características das plantas e dos solos para melhorar as técnicas agrícolas é a agronomia, porém estudos desta natureza também são feitos em áreas como ciências naturais, agroecologia e engenharia ambiental, as quais possuem preocupações ambientais e sociais na busca por melhores condições de vida para a sociedade.

1.3 AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA ECONÔMICA

Entende-se por agricultura familiar o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão-de-obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal - que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes.

No Brasil, a agricultura familiar foi assim definida na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento.

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 04 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes.

II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Com relação à importância econômica da agricultura familiar, temos que cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira são produzidos pelos agricultores familiares. No Brasil, a agricultura familiar é responsável pela produção de 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de unidades produtivas, sendo que a metade delas está na Região Nordeste. Esses estabelecimentos representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área.

Segundo o último Censo Agropecuário, a agricultura familiar responde por 37,8% do Valor Bruto da Produção Agropecuária. De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar, aproximadamente 13,8 milhões de pessoas trabalham em

estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura.

1.4 ORIGEM DOS ALIMENTOS

A alimentação é uma característica típica dos seres vivos. É também uma forma de troca de energia entre os mesmos, através de uma teia alimentar. Os principais produtores de energia são os chamados produtores, em maioria plantas e vegetais, mas qualquer ser clorofilado tem essa capacidade de extrair energia da luz para armazenar em açúcar. Logo, as variações desse açúcar constituem a principal fonte de alimentação. Para seres humanos, isso termina se dividindo entre ingerir animais e vegetais.

Alimentos são todas as substâncias utilizadas pelos seres vivos como fontes de matéria e energia para poderem realizar as suas funções vitais, incluindo o crescimento, movimento, reprodução, etc. Para o homem, a alimentação inclui ainda várias substâncias que não são necessárias para as funções biológicas, mas que fazem parte da cultura, como as bebidas com álcool, refrigerantes, os temperos e vários corantes e conservantes usados nos alimentos.

Contudo, existem também a água, principal componente de vida, e os sais minerais, encontrados principalmente na água mineral (forma potável da *água pura*) que auxiliam o processo de alimentação. Funcionam e agem de diferentes formas, por exemplo, como catalisadores, solventes ou como uma "cola biológica". Podem ser considerados, basicamente, "conectores da energia" que constituem cada ser vivo, dando forma inclusive às membranas celulares, que são constituídas em maioria por açúcares. Os sais, encontrados em pouca quantidade na maior parte dos seres vivos, atuam principalmente para manter um equilíbrio osmótico para com o meio ambiente, desde celular até corpóreo.

Os alimentos podem ser provenientes de vegetais ou de animais.

Como exemplos de alimentos provenientes de vegetais, temos:

- Cereais, incluindo milho, aveia, arroz, trigo, ou seus derivados, tais como cuscuz, pão e outros;

- Açúcar;
- Frutas e seus derivados, como sumos, compotas e outros (veja também lista de frutas);
- Legumes, incluindo feijão, ervilha, lentilha;
- Especiarias (ervas aromática);
- Hortaliças; e
- Ervas medicinal.

Já os alimentos provenientes de animais, são:

- Leite e seus derivados, incluindo manteiga, queijo, iogurte e outros produtos;
- Ovos de aves;
- Mel;
- Carne de mamíferos, como vaca, cabra, porco e seus derivados;
- Carne de aves domésticas incluindo galinha, frango;
- Produtos aquáticos, incluindo peixes, como traíra e tilápia.

Assim, os alimentos possuem diversas origens, mas importantes nutrientes necessários à sobrevivência humana com qualidade de vida.

1.5 PRODUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Os alimentos são tradicionalmente obtidos através da agricultura, pecuária, pesca, caça, coleta e outros métodos de subsistência localmente importantes para algumas populações, mas menos para outras.

Na era moderna, nas nações desenvolvidas, as fontes de alimento são cada vez mais dependentes da agricultura industrial, da aquicultura, e das instalações industriais de produção de animais, técnicas que apontam para maximizar a quantidade de alimento produzida e, por outro lado, minimizar o custo. Estas técnicas incluem uma confiança nas ferramentas mecanizadas que foram desenvolvidas, da debulhadora e semeadora automáticas, ao trator e ceifadeira combinada. Estes instrumentos foram combinados com o uso de fertilizantes para

promover a elevação da colheita e pesticidas para combater os insetos ou mamíferos que reduzem o rendimento.

Mais recentemente, houve uma tendência crescente para as práticas de agricultura sustentável. Esta aproximação, que se baseia numa satisfação parcial da relação entre o consumidor e a demanda, estimula a biodiversidade, a autoconfiança local e os métodos da agricultura orgânica.

A produção de alimentos é influenciada pela política internacional, como a Organização Mundial do Comércio, as políticas nacionais ou comunitárias e as guerras.

1.6 CONTEXTOS HISTÓRICOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A política de alimentação e nutrição no Brasil tem suas origens na década de 1930. A realização do primeiro inquérito sobre alimentação, orçamento familiar e condições de vida da população data dessa época. De acordo com PEAE (Programa Estadual de Alimentação Escolar, 1997, p.8): “Confrontando-se as relações entre alimentação e renda foi definida em 1938 a “ração essencial mínima”. Contudo, com a institucionalização do salário mínimo, em 1940, acreditava-se que esse item estivesse coberto”. Em 31 de março de 1955 é criado, através de Decreto – Lei nº 37.106, a Campanha de Merenda Escolar (CME). Esse programa contava com “doações” norte-americanas de leite em pó acompanhado de cápsulas de vitamina A e D, beneficiando-se inicialmente os Estados do Nordeste brasileiro.

Já em 1956, o governo passa a complementar essas doações com a compra de farinha enriquecida de leguminosas e cereais (milho, trigo, arroz e soja), adquiridos no próprio mercado internacional. Em 1966 é decretada a obrigatoriedade da instalação de cantinas nas escolas, demonstrando-se a preocupação com a operacionalização dos alimentos. No ano de 1981, cria-se o Instituto de Assistência ao Educando (INAE) e institucionalizasse o programa, que até então era considerado campanha.

“Após a criação do INAE, começam a acontecer inúmeras mudanças na estrutura do programa, sendo transferida aos Estados, através das secretarias de educação, a operacionalização do mesmo” (PEAE, 1997, p. 9).

Decorridos dois anos de tal ação, cria-se a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), resultante da fusão dos órgãos INAE e Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), passando o PNAE a se constituir responsabilidade da FAE. Institui-se, então, que a compra da merenda deveria ser realizada junto à COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), promovendo a elaboração de cardápios regionalizados.

Inicia-se em 1986 a experiência da municipalização do PNAE, descentralizando-se assim, os recursos destinados a tal programa. Essa experiência iniciou com 81 municípios, chegando a 197 até o ano de 1988. No Estado do Ceará participaram os municípios de Maranguape, Russas Tauá, Quixeramobim e Juazeiro do Norte. Porém, em um sinal de retrocesso, em 1989 foi suspenso o processo de municipalização dos recursos destinados à compra da merenda.

Através do artigo 84 da Constituição Federal decreta-se o atendimento de crianças segundo sua faixa etária, pelo Programa de Alimentação Escolar mantido pela LBA (PEAE, 1997). No período de 1989 a 1992, governo de Fernando Collor de Melo, a FAE foi submetida à auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) e à investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Fome da Câmara dos Deputados. Essa auditoria levantou irregularidades em diversas modalidades da compra de alimentos pela FAE. Além disso, constatou a existência de um cartel no mercado de alimentos utilizado pelo programa. Em agosto de 1991, em uma segunda auditoria, denúncias de que o órgão teria adquirido 54 bilhões de Cruzeiros em alimentos sem crédito orçamentário correspondente foram confirmadas, acarretando na extinção do órgão (BEZERRA, 2002).

Em 12 de julho de 1994 é criada a Lei nº 8913 que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar, sendo esta da jurisdição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em substituição a extinta FAE. Trata-se de um redirecionamento das ações públicas pelo Estado neoliberal. Pautado no discurso político do resgate da dívida social acumulada durante o período da ditadura militar e da democratização dos processos decisórios de formulação e implementação de políticas, defende-se que os mecanismos de intervenção na sociedade devem estar fundamentados na participação coletiva e convoca a

sociedade civil organizada a colaborar e negociar com o Estado para a solução de seus problemas (FAE, 1993).

A partir de 1988, com o advento da promulgação da constituição, ocorreu uma descentralização das ações do Estado e os setores da sociedade civil foram convocados a participarem do gerenciamento e execução de projetos nas áreas sociais.

A descentralização é uma política instrumental, concebida com a redistribuição entre instancias governamentais, entre poderes estatais e competências, recursos e encargos originários dos organismos centrais, o que implica redistribuição do poder e revisão de trabalho entre diferentes instancias autônomas do sistema. Implica em uma reconfiguração espacial do uso e controle do poder. (CABRAI, 1997).

Apesar da descentralização na gestão dos recursos ocorrida a partir da constituição de 1988, somente a partir de 1993, inicia-se o processo de descentralização do Programa, sendo transferida a gestão dos recursos para Estados e Municípios (FAE, 1993).

As modalidades de descentralização do PNAE são a estadualização, municipalização e a escolarização. Na primeira, o FNDE repassa as verbas para as secretarias estaduais de educação, que adquirem gêneros da merenda escolar e a distribuem para as escolas pertencentes à rede estadual como também, por meio de convênio, para alguns municípios que ainda não municipalizaram a merenda. O percentual de escolas atendidas por essa modalidade é mínimo: 22.637 escolas correspondendo a 18,4% do total de escolas atendidas pelo PNAE no Brasil. Já a municipalização, pode se desdobrar em gestão dos recursos, voltando-os para sua própria rede de ensino ou atender às escolas estaduais existentes no local. Esta é a modalidade em que está inserida a maior parte das escolas atendidas pelo PNAE, 157.021, correspondendo a 87,4% do total.

A escolarização é a modalidade de descentralização em que a própria escola é responsável pela gestão dos recursos, sendo da competência da comunidade escolar a fiscalização. Essa modalidade corresponde ao modelo operacional utilizado por 5.960 escolas localizadas na zona rural, correspondendo a 6,2% do total e 13.462 escolas localizadas na zona urbana, correspondendo a 20,7% do total de escolas do Brasil. Dentre as vantagens da descentralização, a destinação dos recursos financeiros deve ser ressaltada.

Com a municipalização, os recursos passam a serem destinados exclusivamente para a aquisição de gêneros alimentícios, passando as despesas com a operacionalização do programa, tais como, transportes, pagamento de pessoal, construção de cantinas e depósitos para o armazenamento e compra de equipamentos para a jurisdição das prefeituras, que devem ofertar uma contrapartida de 20% dos recursos financeiros fornecidos pelo FNDE (CABRAL, 1997).

Atualmente, temos que os órgãos envolvidos na operacionalização da merenda escolar são o MEC/FNDE, a SEDUC, as Prefeituras Municipais e as Escolas.

2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

2.1 CARACTERÍSTICAS E PECULIARIDADES DO PNAE

A alimentação desempenha um papel primordial durante todo o ciclo de vida dos indivíduos. Entre as distintas fases da vida pode-se destacar como exemplo, a idade escolar, que se caracterizam por um período em que a criança apresenta um metabolismo muito mais intenso quando comparado ao do adulto

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é um dos mais antigos programas públicos de suplementação alimentar, destacando-se pela continuidade, dimensão e pelos expressivos investimentos.

Assegurado pela Constituição de 1988, o PNAE tem caráter universal e, segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atendeu, em 2004, cerca de 36,4 milhões de alunos da pré-escola e do ensino fundamental da rede pública e filantrópica de ensino, durante os dias letivos, com investimentos na ordem de R\$ 1,266 bilhões.

Por meio da distribuição de refeições durante o intervalo das atividades escolares, o programa visa atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes, bem como para a formação de bons hábitos alimentares.

O público-alvo do programa é caracterizado por alunos matriculados na educação infantil (creches e pré-escolas) e no ensino fundamental (1ª a 8ª séries) da rede pública e das escolas mantidas por entidades filantrópicas, desde que estas estejam cadastradas no Censo Escolar e registradas no Conselho Nacional de Assistência Social. De acordo com o FNDE, em outubro de 2003, alunos das comunidades indígenas passaram a ser beneficiados por meio de parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Presente no Brasil há mais de 50 anos sem sofrer interrupções, o Programa Nacional de Alimentação Escolar adotou, durante esse longo período, diferentes denominações e modalidades de gestão.

Gerenciado de forma descentralizada a partir de 1993, o Programa é coordenado nacionalmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE do Ministério da Educação e do Desporto – MEC. O referido órgão é responsável pelos custos relativos à aquisição de alimentos, e os Estados e Municípios, pela complementação destes e também pelos custos operacionais.

Após a descentralização, estudos foram conduzidos para avaliar a existência de mudanças na operacionalização do Programa que pudessem refletir na melhoria de seu desempenho. Alterações na sistemática de compras, a utilização de maior volume de produtos básicos *in natura*, a manutenção de hábitos e culturas regionais e a instituição dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) são exemplos das metas estabelecidas pelo FNDE para controle de qualidade das refeições oferecidas.

Cabe destacar que o Conselho de Alimentação Escolar é um órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, instituído no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, criado para acompanhar e monitorar a utilização dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE às Entidades Executoras, bem como zelar pela qualidade da alimentação escolar

Pesquisa realizada por Pipito *et al.* com o objetivo de avaliar a atuação dos CAEs presentes em 1.378 municípios brasileiros, no período de 1997 e 1998, registrou que a atribuição principal dos Conselhos era a fiscalização da aplicação dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (76,90% dos municípios), seguida pelo acompanhamento do Programa nas escolas (63,45%), pela participação na elaboração do cardápio (50,41%) e pela assessoria na programação, execução e avaliação do Programa (38,90%). Os autores concluíram que é necessária uma atuação mais efetiva dos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar como espaço de participação popular e de promoção do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Segundo a Resolução nº 38, de 23 de agosto de 2004, que estabelece os critérios para execução do PNAE, o cardápio da alimentação escolar deve ser programado de modo a suprir, no mínimo, 15% (quinze por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em creche, pré-escola e ensino fundamental, e, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos das escolas indígenas, durante sua permanência em sala de aula. No entanto, Silva *et al.*, por meio de análises relativas à qualidade das refeições

distribuídas nas escolas públicas de Manaus – AM, verificaram que apenas em cerca de 30% das unidades a merenda servida contribuía com 15% das necessidades de energia e proteínas, conforme preconizado pelos gestores do programa.

Flávio *et al.* , tendo por base análise da composição química da merenda escolar, distribuída em escola pública de Lavras - MG, registraram resultados semelhantes aos de Silva *et al.* , sendo que as refeições possuíam adequação, em relação às metas do PNAE, de 78,1% para proteína e de 53,1% para energia. Os autores reconheceram a necessidade de reavaliação das preparações dos cardápios, a fim de que estas atinjam os requisitos de qualidade preconizados.

Até meados da década de 90 (período anterior à descentralização), diversos pesquisadores enfatizavam a reduzida freqüência de consumo (cerca de 40,0%) das refeições oferecidas pelo Programa de Alimentação Escolar.

Sturion *et al.* , com o objetivo de avaliar a aceitação das refeições e adesão dos alunos ao Programa após a sua descentralização, realizaram pesquisa tendo por base amostra constituída por 20 escolas de 10 municípios brasileiros, localizados em cinco regiões geográficas. Os resultados permitiram concluir que o índice médio de aceitação dos cardápios pelos alunos (avaliado pelo volume de preparações consumido pelos escolares, em relação ao que foi preparado e distribuído) foi de 90,0%, resultado que pode ser considerado satisfatório. No entanto, quando se considera a adesão ao programa por meio da freqüência mais sistemática dos escolares, destaca-se que a proporção média de alunos que consumiu a merenda diariamente foi baixa (45,0%), evidenciando que a rejeição ao programa persistia, mesmo após a descentralização.

Outras pesquisas reforçam os resultados registrados por Sturion *et al.* . Níveis satisfatórios de aceitação das refeições (entre 88,0 e 94,0%) e índices de adesão ao Programa que variaram de 25,0% a 60,0% foram obtidos por Brandão. A adesão média ao Programa de 52,5%, com variação entre as escolas, classes escolares e turmas pertencentes a diferentes turnos, foi identificada por meio de pesquisa realizada por Oliveira .

Carvalho, avaliando as preferências alimentares de 693 escolares de 4, 5 e 6 séries da rede pública de ensino da cidade de Bauru (SP), verificou que 68,1% dos alunos afirmaram consumir a merenda escolar, sendo que 20,6% o fazia cinco vezes na semana. A autora revela que o freqüente consumo da merenda escolar se deve, provavelmente, ao baixo nível socioeconômico da população estudada.

Danelon & Silva, tendo por base pesquisa realizada com 161 alunos, com idade entre 7 e 18 anos, matriculados em escolas públicas do município de Piracicaba (SP), relataram que 65,5% dos escolares afirmaram consumir a merenda escolar, sendo que destes, 25,5% o faziam diariamente. Ainda, segundo os referidos autores, o consumo de merenda escolar apresentou associação significativa com a renda familiar. Cerca de 75% dos alunos, pertencentes a famílias com rendimentos mensais inferiores a R\$ 1.000,00, afirmaram consumir a merenda, enquanto apenas cerca de 46,0% dos escolares, cujas famílias possuíam rendimentos superiores ao referido valor, revelaram aderir às refeições distribuídas pelo programa.

Pancieria *et al.*, por meio de análise referente à adesão de amostra de 402 alunos do município de Piracicaba (SP) ao Programa de Alimentação Escolar, verificaram que, além da renda familiar *per capita*, o consumo de merenda se revelou inversamente correlacionado à escolaridade da mãe e à idade do aluno.

Sturion *et al.* avaliando a adesão ao PNAE por 2.678 escolares, concluíram que, de forma geral, embora concebido para ser universal, na prática, o programa assume caráter focalizado. Segundo os referidos autores, optam pela refeição distribuída gratuitamente pelo programa os alunos com menor idade, os que revelam algum tipo de comprometimento nutricional, os pertencentes aos estratos com menores rendimentos familiares *per capita* e aqueles cujos pais possuem menor escolaridade.

É necessário modificar a concepção de que a alimentação escolar existe apenas para o aluno carente e desnutrido. A merenda escolar deve ser encarada como uma refeição para manter o aluno alimentado enquanto permanecer na escola, independentemente de sua condição socioeconômica, e não como mecanismo para erradicar a desnutrição.

Além disso, o Brasil passa por situação de transição nutricional, com concomitante redução da prevalência e gravidade da desnutrição em todos os níveis socioeconômicos e evidências de aumento das prevalências de sobrepeso e obesidade, especialmente o consumo entre crianças e adolescentes. Pesquisa implementada na América Latina revelou tendência crescente de obesidade à medida que os países emergem da pobreza, especialmente quando se consideram os moradores das áreas urbanas.

Além dos aspectos socioeconômicos, fatores estruturais do Programa de Alimentação Escolar podem contribuir para reduzir a adesão dos alunos à distribuição das refeições.

Pancieri *et al.* citam as preparações do cardápio e as condições de distribuição das refeições como itens a serem reformulados com vistas à adequação, especialmente no tocante ao atendimento das preferências dos escolares. Segundo os autores, tendo por base pesquisa realizada com alunos de unidades de ensino de Piracicaba (SP), substancial parcela dos escolares revelou não gostar de algumas preparações oferecidas, merecendo destaque as sopas (75%), presentes pelo menos duas vezes por semana no cardápio das escolas. A temperatura das refeições, o tempo disponível para consumo e o desconforto dos refeitórios foram fatores citados pelos alunos como inadequados.

Martins *et al.* verificaram diferenças no percentual de adesão ao programa de acordo com o tipo de preparação oferecida. Por meio de estudo envolvendo 12 unidades de ensino do município de Piracicaba (SP), os referidos autores verificaram que a adesão às preparações servidas no horário do intervalo das atividades escolares é reduzida (40% a 50%), exceto para preparações como macarronada ou arroz com molho à bolonhesa, com percentual acima de 50%, indicando uma adesão regular. Em relação à aceitação, os autores a consideraram elevada para as preparações de sopa de macarrão (90%), macarrão ou arroz com molho à bolonhesa (95%) e risoto de frango (97%).

O autor Monis avaliando o programa de alimentação escolar do município de Piracicaba (SP), constatou, por meio de análise de citações, que as preparações de menor aceitação pelos escolares foram o pescado (43%) e verduras/legumes (41,5%). Os alimentos, distribuídos pelo programa, mais freqüentemente consumidos pelos alunos, de acordo com as citações dos pais, foram macarronada (17%) e arroz e feijão (12%). O autor relata, ainda, que, segundo os responsáveis pelas cantinas presentes nas escolas, há maior adesão aos alimentos comercializados por esses estabelecimentos nos dias em que são distribuídas, pelo Programa de Alimentação Escolar, preparações como sopa e risoto. Pesquisa implementada na América Latina revelou tendência crescente de obesidade à medida que os países emergem da pobreza, especialmente quando se consideram os moradores das áreas urbanas. Além dos aspectos socioeconômicos, fatores

estruturais do Programa de Alimentação Escolar podem contribuir para reduzir a adesão dos alunos à distribuição das refeições.

Pancieri *et al.* citam as preparações do cardápio e as condições de distribuição das refeições como itens a serem reformulados com vistas à adequação, especialmente no tocante ao atendimento das preferências dos escolares. Segundo os autores, tendo por base pesquisa realizada com alunos de unidades de ensino de Piracicaba (SP), substancial parcela dos escolares revelou não gostar de algumas preparações oferecidas, merecendo destaque as sopas (75%), presentes pelo menos duas vezes por semana no cardápio das escolas. A temperatura das refeições, o tempo disponível para consumo e o desconforto dos refeitórios foram fatores citados pelos alunos como inadequados.

Martins *et al.* verificaram diferenças no percentual de adesão ao programa de acordo com o tipo de preparação oferecida. Por meio de estudo envolvendo 12 unidades de ensino do município de Piracicaba (SP), os referidos autores verificaram que a adesão às preparações servidas no horário do intervalo das atividades escolares é reduzida (40% a 50%), exceto para preparações como macarronada ou arroz com molho à bolonhesa, com percentual acima de 50%, indicando uma adesão regular. Em relação à aceitação, os autores a consideraram elevada para as preparações de sopa de macarrão (90%), macarrão ou arroz com molho à bolonhesa (95%) e risoto de frango (97%).

Oetterer *et al.*, por meio da análise das preferências dos escolares quanto às refeições distribuídas pelo PNAE, em 20 municípios brasileiros, verificaram diferenças quando se compararam os grupamentos etários. Os adolescentes preferiam as preparações salgadas e do tipo "lanche", enquanto entre os de menor idade as preparações doces eram bem-aceitas.

Os resultados registrados apontam para a necessidade de reavaliação das preparações distribuídas pelo Programa de Alimentação Escolar, visando à incorporação, na medida do possível, de alimentos/preparações nutricionalmente balanceadas e que atendam às preferências dos alunos. Atenção especial também deve ser dispensada quanto à infra-estrutura e horário adotados para a distribuição das refeições, visando à melhoria do desempenho do programa.

2.2 A MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PARAÍBA

A cidade de Serra Branca situa-se na microrregião do cariri ocidental, ocupa a 8ª colocação na Paraíba em extensão territorial, com 804 Km². Além da sede, é composta por dois distritos: Santa Luzia do cariri e Sucuru. A cidade está localizada a 240 km da Capital João Pessoa, tem um clima tropical semiárido, com temperatura variante de 18° e 35°C. Segundo dados do IBGE, a População é de 12.971 habitantes, sendo que destes 8.417 na zona urbana e 4.554 na zona rural. O município de Serra Branca conta com 04(quatro) escolas estaduais e 09(nove) municipais, do ensino fundamental ao médio, todas beneficiadas pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação escolar). O levantamento inicial foi feito com base nos registros obtidos através da secretaria de educação do município, referentes ao ano letivo de 2011. Foi constatado um nº de 1.390 alunos, com faixa etária de 04 a 17 anos, distribuídos nas 09 escolas da zona rural e urbana, da rede municipal, já as escolas estaduais foram constatadas um total de 1.427alunos, com faixa etária de 06 a 18 anos.

Nas duas redes de ensino, a compra da alimentação escolar se dá através de recursos financeiros transferidos às Entidades Executoras sem que haja necessidade de convênio, acordo ou contrato. A transferência é feita em contas correntes específicas, abertas pelo próprio FNDE (Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação) , uma para o atendimento dos alunos da pré-escola e ensino fundamental e outra para o atendimento dos alunos da creche. As contas são abertas no Banco do Brasil. O FNDE transfere os recursos financeiros para as Entidades Executoras em dez parcelas mensais a partir do mês de Fevereiro, cada parcela mensal correspondendo à cobertura de vinte dias letivos, perfazendo o total de 200 dias letivos. Nas escolas de Serra Branca, apenas o município entra com uma contrapartida, pois os recursos enviados não são suficientes para a compra da alimentação fornecida aos alunos da rede municipal. A Prefeitura através da Secretaria de Educação executa o Programa em todas as suas fases, ou seja, recebe, administra e presta contas do recurso federal e responsável pela aquisição e distribuição dos alimentos e também pela elaboração dos cardápios.

O cardápio da merenda deve ser programado de modo a suprir no mínimo 15% das necessidades diárias dos alunos beneficiados, esse cardápio é elaborado

por nutricionista habilitado e com a participação do Conselho de Alimentação Escolar.

Para composição do cardápio deve-se dar preferência a alimentos básicos como: açúcar, arroz, batata inglesa, bolacha doce, bolacha salgada, carne bovina congelada, charque, fubá, leite em pó, macarrão, óleo de soja, pão, rapadura, sal, soja em grão, temperos, verduras e hortaliças.

A partir de agora a Agricultura Familiar passa também a fornecer alimentos a serem servidos nas escolas da Rede Pública de Ensino. Com a aprovação da Lei nº 11.947/2009, no mínimo 30% do valor destinado por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Fundo de Desenvolvimento da Educação, deverá ser utilizado na aquisição da produção agrícola familiar. No momento em Serra Branca já foi feita a mostra de produtos que poderão ser fornecidos para a merenda. Nesta mostra foram apresentados os seguintes produtos: tomate, alface, coentro, cebolinha, abóbora, polpa de fruta, mel. Isso de agricultores da cidade, outros produtos como: Frango, iogurte, leite, poderão vir de outra cidade, pois não temos agricultores preparados para esse fornecimento. Ainda poderá entrar no cardápio os produtos de época como: milho verde, feijão verde, e frutas da época. Todos esses produtos estarão em fase de experiência e aceitação pelas crianças.

Os preços pagos aos agricultores devem ser compatíveis com o mercado, calculados através de uma média dos preços praticados por três mercados varejistas locais. Os alimentos fornecidos devem atender exigências sanitárias e de controle de qualidade estabelecidas pelas normas e legislações relacionadas. Os agricultores podem ser organizados em grupos; a) informais: agricultores familiares que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) como pessoas físicas; e b) agricultores familiares ou empreendedores rurais organizados em cooperativas e associações que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) como pessoas jurídicas. Está cadastrado no Programa Nacional da Agricultura Familiar é requisito fundamental para participar do Projeto de Vendas de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.

Todo o processo de compra da alimentação escolar é acompanhado pelo CAE- Conselho de Alimentação Escolar, que é formado por representantes do Poder Executivo, Legislativo, Professores, Pais de alunos e da Sociedade civil, onde todo representante titular, tem o seu respectivo suplente.

Contudo, é preciso se organizar para aproveitar as oportunidades, com o novo espaço que se abre no mercado de produtos para a alimentação escolar, a agricultura familiar tem mais uma oportunidade importante de comercialização de forma segura e rentável. Porém, é preciso se organizar, pois as políticas públicas para o setor priorizam os agricultores e agricultoras familiares organizados em associações e cooperativas. Agricultores e agricultoras organizados têm mais força nos fóruns de discussão para organizar a produção e facilitar o acesso aos mercados consumidores. Essa também é uma forma de mostrar para a sociedade que a agricultura familiar é produtora de alimentos diversificados e de qualidade.

2.2.1 ELABORAÇÃO DE CARDÁPIO

A nutricionista, de posse das informações referentes ao quantitativo de alunos, per capita, dos gêneros alimentícios (variedade, quantidade e sazonalidade) produzidos pela agricultura familiar e pelo empreendedor familiar rural, planeja os cardápios de acordo com a faixa etária, modalidade de ensino e a lista de alimentos com as respectivas especificações técnicas. Esta deverá ser encaminhada à Secretaria da Educação, e posteriormente ao setor de compras.

Em Serra Branca, nas escolas municipais o cardápio elaborado e que está sendo seguido é o seguinte:

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Sopa de legumes e frango	Cuscuz com soja e carne moída ou charque	Arroz de leite com peito de frango	logurte com biscoito ou Leite com achocolatado e Biscoitos.	Suco com sanduíche de soja, carne moída e salsicha

Como vimos no gráfico da pesquisa, o cardápio elaborado e seguido tem boa aceitação pelos alunos da rede municipal de ensino, onde busca a reeducação alimentar e suprimento de suas necessidades diárias de nutrientes.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.1 ESTUDO DE CASO: ESCOLAS PÚBLICAS DE SERRA BRANCA - PB

A cidade de Serra Branca situa-se na microrregião do cariri ocidental, ocupa a 8ª colocação na Paraíba em extensão territorial, com 804 Km². Além da sede, é composta por dois distritos: Santa Luzia do cariri e Sucuru. A cidade está localizada a 240 km da Capital João Pessoa, tem um clima tropical semiárido, com temperatura variante de 18° e 35°C. Segundo dados do IBGE, a População é de 12.971 habitantes, sendo que destes 8.417 na zona urbana e 4.554 na zona rural. O município de Serra Branca conta com 04(quatro) escolas estaduais e 09(nove) municipais, do ensino fundamental ao médio, todas beneficiadas pelo PNAE(Programa Nacional de Alimentação escolar). O levantamento inicial foi feito com base nos registros obtidos através da secretaria de educação do município, referentes ao ano letivo de 2011. Foi constatado um nº de 1.390 alunos, com faixa etária de 04 a 17 anos, distribuídos nas 09 escolas da zona rural e urbana, da rede municipal, já as escolas estaduais foram constatadas um total de 1.427alunos, com faixa etária de 06 a 18 anos.

Nas duas redes de ensino, a compra da alimentação escolar se dá através de recursos financeiros transferidos às Entidades Executoras sem que haja necessidade de convênio, acordo ou contrato. A transferência é feita em contas correntes específicas, abertas pelo próprio FNDE (Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação), uma para o atendimento dos alunos da pré-escola e ensino fundamental e outra para o atendimento dos alunos da creche. As contas são abertas no Banco do Brasil.

O FNDE transfere os recursos financeiros para as Entidades Executoras em dez parcelas mensais a partir do mês de Fevereiro, cada parcela mensal correspondendo à cobertura de vinte dias letivos, perfazendo o total de 200 dias letivos. Nas escolas de Serra Branca, apenas o município entra com uma contrapartida, pois os recursos enviados não são suficientes para a compra da alimentação fornecida aos alunos da rede municipal. A Prefeitura através da

Secretaria de Educação executa o Programa em todas as suas fases, ou seja, recebe, administra e presta contas do recurso federal e responsável pela aquisição e distribuição dos alimentos e também pela elaboração dos cardápios.

Este trabalho foi realizado em 09 (nove) escolas da rede municipal de ensino (pré-escolar e ensino fundamental) da zona rural e urbana. Durante o primeiro semestre do ano de 2011, em diferentes etapas da pesquisa foram levantados vários dados, os quais foram obtidos em diferentes estágios do trabalho. Nas escolas visitadas, encontramos diferentes faixas de idade e níveis de aprendizagem.

O levantamento inicial foi feito com base nos registros obtidos através da secretaria de educação do Município de Serra Branca, referentes ao ano letivo de 2011. Foi constatado um total de 1.390 alunos matriculados, com faixa etária de 04 a 17 anos, distribuídos nas 09 escolas da zona rural e urbana, envolvendo os alunos pré-escolares e do ensino fundamental e médio.

A escolha das escolas para as visitas foi aleatória. O levantamento foi feito junto à nutricionista do Município e membro do CAE (Conselho de Alimentação escolar). Foram observados os principais produtos regionais disponíveis, bem como se os itens alimentícios utilizados nos cardápios pertencem à tabela dos alimentos considerados básicos para o PNAE. As compras dos gêneros alimentícios são feitas mediante recurso liberados através da secretaria da educação da Prefeitura de Serra Branca-Paraíba. O valor disponível para cada escola é calculado com base no número de alunos matriculados.

A aquisição dos Gêneros alimentícios é feita a partir do planejamento dos cardápios, que atualmente só é feito após os agricultores apresentarem seus produtos. Os gêneros, depois de adquiridos são levados para um depósito onde são organizados e distribuídos para cada escola, a partir de informações obtidas através dos respectivos diretores de acordo com o número de alunos regularmente matriculados. A análise do estudo de campo está sendo feita de maneira criteriosa, com o uso dos resultados dos questionários aplicados em 50 alunos do 5º Ano da Escola Municipal Cônego João Marques Pereira em Serra Branca/PB em junho de 2011.

3.2 AVALIAÇÃO GRÁFICA DOS QUESTIONÁRIOS

APLICAÇÃO: Alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental

IDADE DOS PESQUISADOS: Entre 08 (oito) e 14 (catorze) anos

QUANTIDADE DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS: 50

LOCAL DE APLICAÇÃO: Escola Municipal Cônego João Marques Pereira-Serra Branca/PB

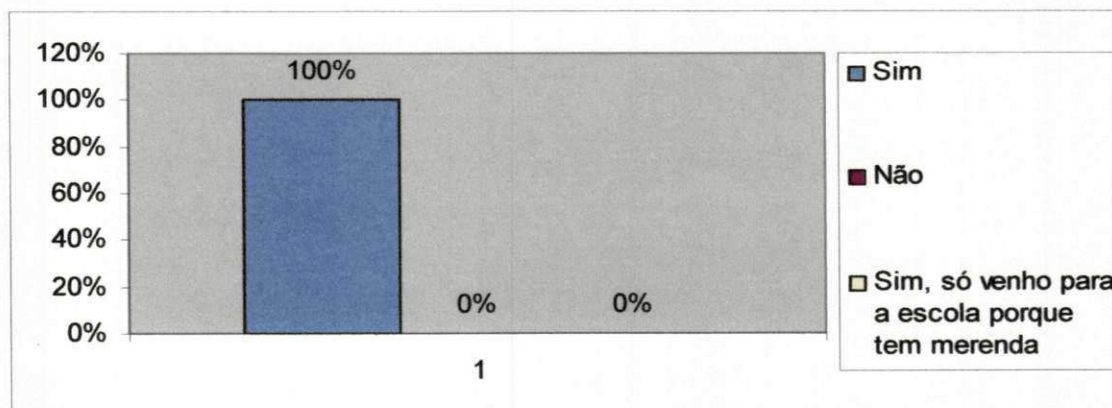
PESQUISADORA: Ana Rita de Sousa Oliveira

DATA DA APLICAÇÃO: 13 e 14 de Junho de 2011

Opinião dos alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental quanto à importância da alimentação oferecida pela Escola Municipal Cônego João Marques Pereira da cidade de Serra Branca - Paraíba.

QUADRO 01:

Para você, a merenda escolar é importante?

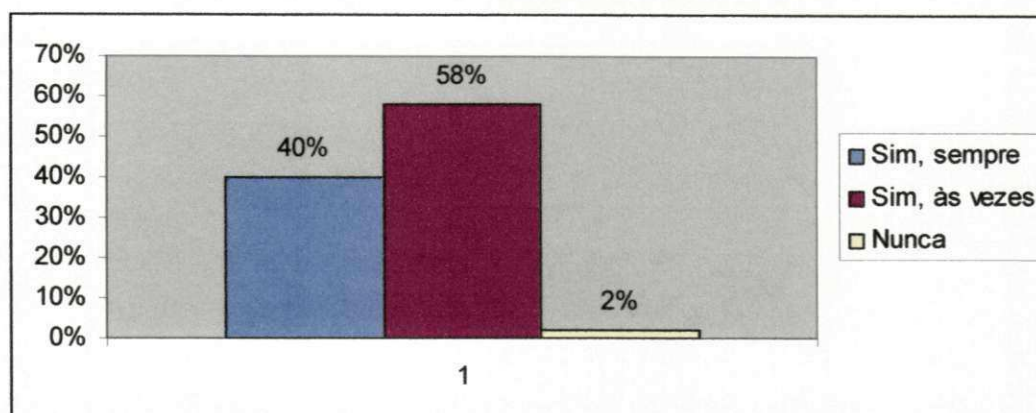


FONTE: Elaboração própria (2011).

Nota-se assim a importância que a alimentação escolar tem para os alunos do 5º ano do ensino fundamental da escola do estudo de caso, visto que 100% responderam que a merenda escolar é importante. Portanto, presume-se que uma escola com alimentação escolar torna-se mais atrativa para os alunos, que muitas provêm de famílias que geralmente possuem poucos recursos financeiros.

QUADRO 02:

Você come a comida oferecida na escola?

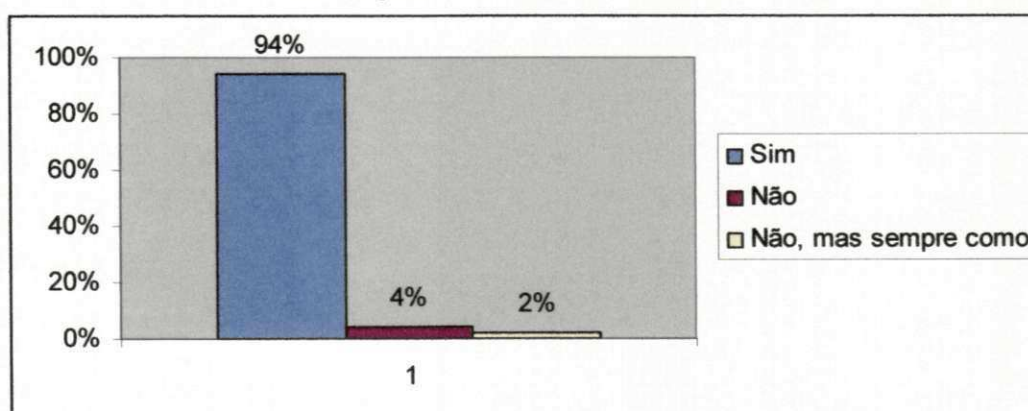


FONTE: Elaboração própria (2011).

Se levarmos em consideração as duas respostas mais votadas vemos que praticamente 98% dos alunos comem da alimentação fornecida na escola, mesmo que não sejam todos os dias, porém se alimentam desta merenda fornecida na escola. Todavia, é interessante notar que um percentual de 2% dos alunos nunca comem a comida oferecida na escola em que estudam, porém as causas deste não uso da merenda escolar por estes alunos não foram investigadas neste trabalho.

QUADRO 03:

Você gosta da merenda escolar?



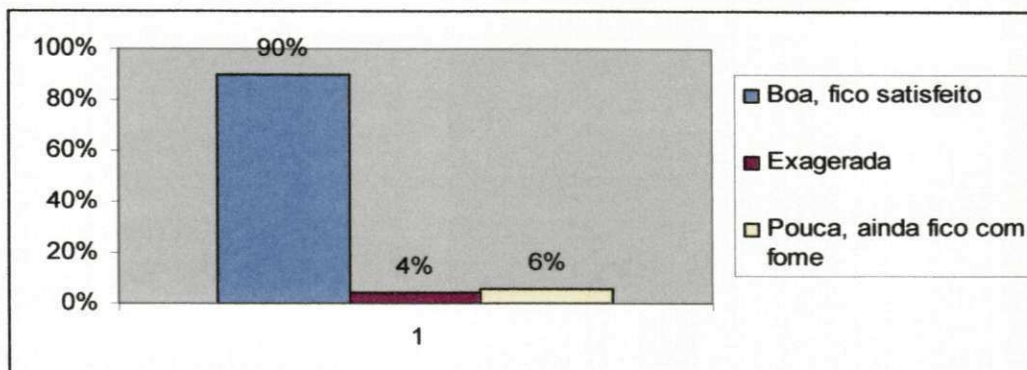
FONTE: Elaboração própria (2011).

Como resultado desta pergunta observa-se que 94% dos alunos entrevistados gostam da merenda escolar oferecida na escola nos horários do recreio. Tem-se ainda, que 4% não gostam da merenda oferecida, e 2% não gostam, mas sempre comem da merenda da escola. Portanto, de forma geral, a merenda

oferecida na escola do estudo torna-se atrativa para os alunos entrevistados, os quais em sua grande maioria admite que gosta da merenda, e assim fazem sua refeição de forma gratuita sempre na escola.

QUADRO 04:

A quantidade de comida oferecida a você na escola é:

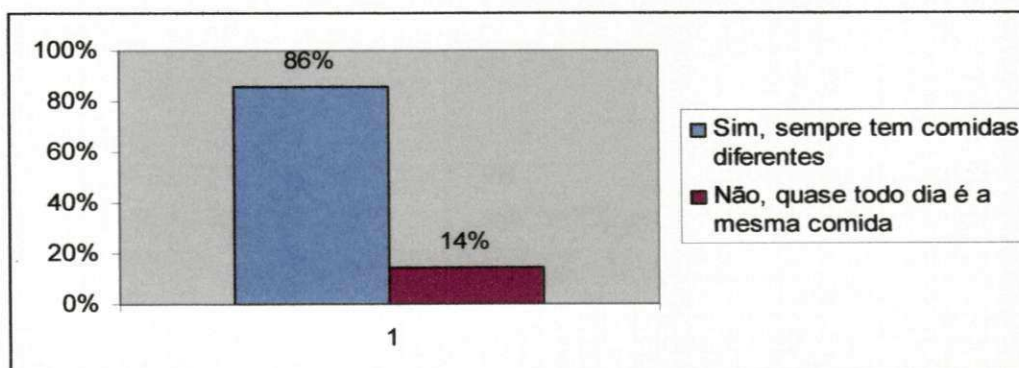


FONTE: Elaboração própria (2011).

Embora os recursos enviados pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) não sejam suficientes, vemos que mesmo diante dessa dificuldade a merenda fornecida não deixa a desejar, pois 90% ficam satisfeitos com o que é oferecido, ou seja, a quantidade de comida oferecida na escola é suficiente. Lembrando ainda, que 6% dos alunos entrevistados disseram que a comida da escola é pouca e ainda ficam com fome; e que 4% dos entrevistados disseram que a quantidade de comida oferecida na escola é feita de forma exagerada.

QUADRO 05:

A comida oferecida na escola é variada?

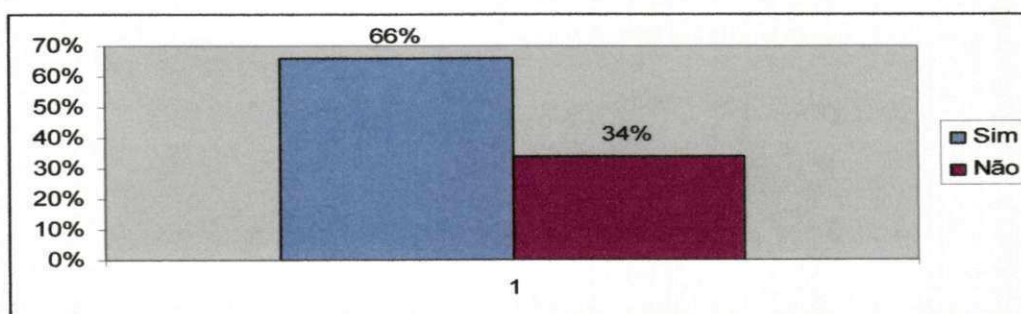


FONTE: Elaboração própria (2011).

Pode-se observar que mais uma vez que as dificuldades são superadas, pois sempre é fornecida uma alimentação variada, apesar de geralmente não se ter muitos recursos financeiros para tal alimentação. Assim, em termos percentuais temos que 86% dos alunos da amostra disseram que a comida oferecida na escola é variada, contra 14% dos entrevistados que disseram que não, a comida não é variada. É interessante notar, que a merenda sendo ofertada de forma variada atrai bem mais os alunos, que a mesma refeição todos os dias.

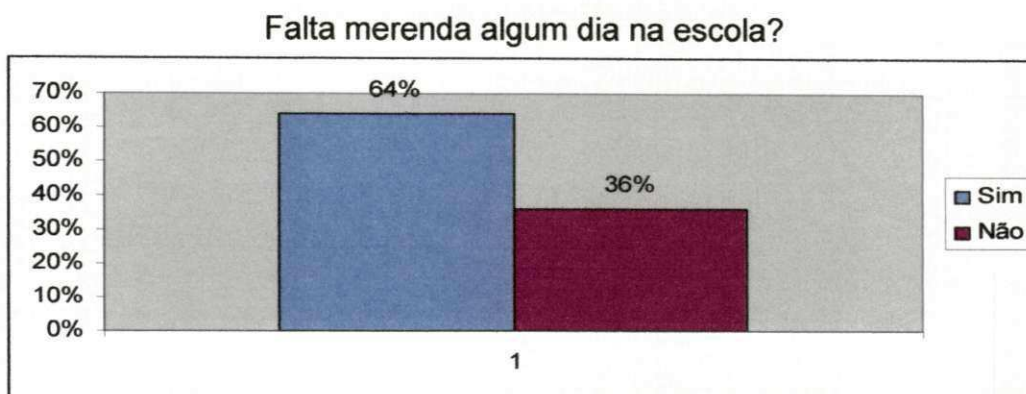
QUADRO 06:

Na alimentação fornecida na merenda escolar existe alguma que você não tem em casa?



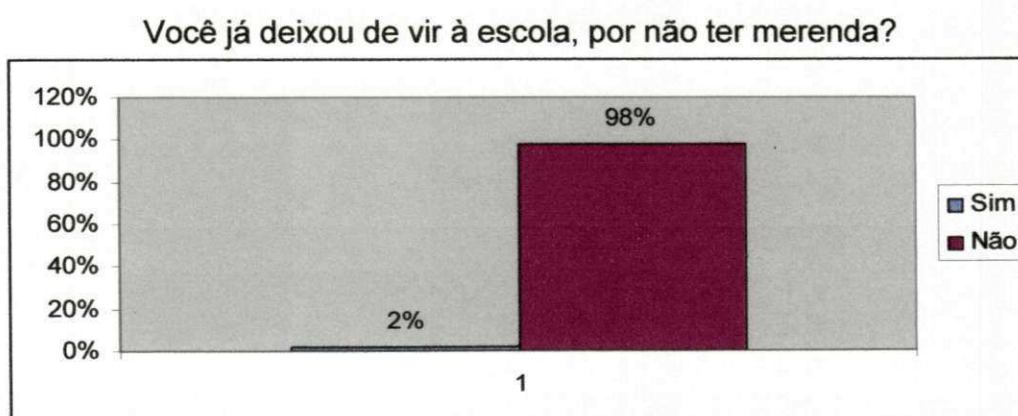
FONTE: Elaboração própria (2011).

Verifica-se que há uma variação de alimentos existentes nas refeições da escola, já que 66% dos questionários respondidos disseram que existe alguma alimentação que eles não possuem em casa; todavia, não se sabe quais alimentos a maioria têm em casa para se saber quais as diferenças de refeições entre a escola e sua casa. Assim, sabe-se que uma maior variedade de alimentos proporciona maior satisfação aos alunos, já que podem comer alimentos que estes não têm acesso em casa.

QUADRO 07:

FONTE: Elaboração própria (2011).

Nesta questão a maioria dos alunos responderam que falta merenda na escola em algum dia, ou seja, 64% dos alunos expuseram que a merenda é oferecida de forma interrupta. Todavia, observa-se que há um atraso na entrega dos alimentos pelos fornecedores, o que provoca o não oferecimento da merenda escolar em alguns dias por mês, mas que os responsáveis dizem que tal problema já está sendo solucionado.

QUADRO 08:

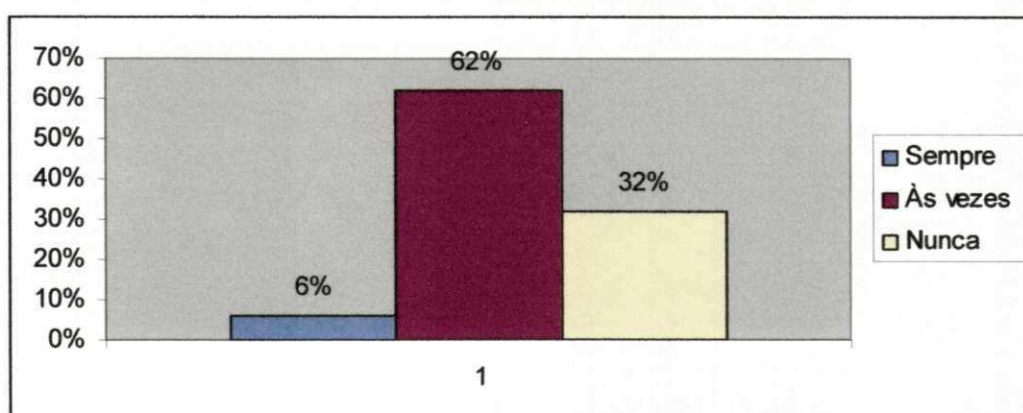
FONTE: Elaboração própria (2011).

Um resultado é bem interessante, pois apenas 2% deixam de vir à escola quando não tem merenda escolar. Isto revela que a evasão não está ligada a falta de alimentação escolar, pelo menos na escola em estudo. Assim, o ato de vim à

escola não está condicionado a alimentação, mas devidos a outros fatores não objeto de estudo desta pesquisa.

QUADRO 09:

Você costuma trazer lanches de casa?

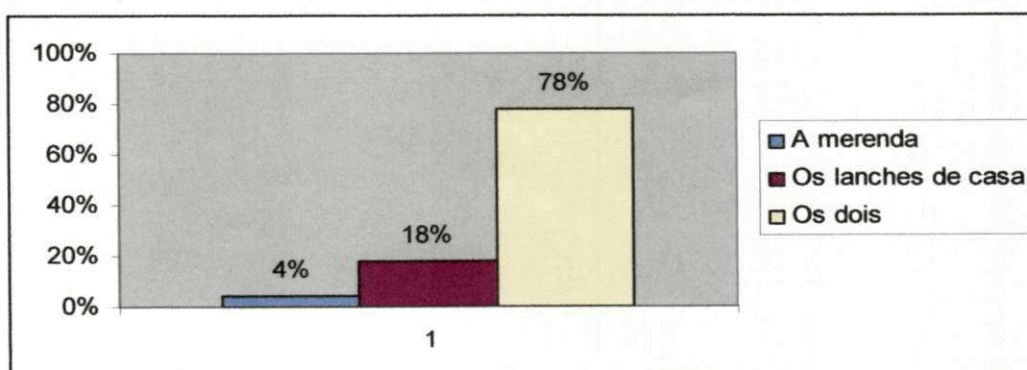


FONTE: Elaboração própria (2011).

Observa-se que nesta questão há um percentual muito baixo de alunos que costuma trazer lanches de casa (6%). Isto nos prova mais uma vez que os alunos gostam da alimentação fornecida na escola ou que não possuem condição de comprar lanches, devido à baixa renda familiar, comodismo, etc. Têm-se ainda, que 62% dos alunos levam algumas vezes lanche para a escola, enquanto 34% nunca o levam.

QUADRO 10:

Você prefere os lanches de casa ou a merenda oferecida na escola?



FONTE: Elaboração própria (2011).

Assim, observa-se que 78% dos alunos entrevistados preferem comer o lanche de casa (quando o trazem) e o da escola. É bom considerar que na questão anterior um bom percentual disse que não traz lanche de casa, o que provoca uma controvérsia nesta questão, já que aqui em sua maioria responderam que gostam do lanche que trazem de casa.. Apenas 4% dos alunos disseram que preferem o lanche da escola em detrimento ao lanche de casa..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da merenda escolar como um agregador de discentes nas escolas, demonstra a falta de contextualização das escolas e de uma maior valorização social. Assim, a merenda torna-se de suma importância para os alunos, principalmente os mais pobres, os que não possuem em casa tais alimentos oferecidos na escola; muitas vezes esquecendo-se do objetivo primordial da escola que é o ensino, é a transformação social, imbuindo os alunos de ética e maturidade pessoal/profissional, para que assim possam contribuir para um mundo melhor, com mais igualdade e solidariedade, respeitando o ser humano e o meio ambiente em todos os seus aspectos.

Portanto, a prática de consumo de alimentos oriundos de casa ou de cantinas revela-se preocupante para o alcance das metas do PNAE, que, mais do que um Programa de suplementação alimentar, deve ser visto como um importante instrumento de educação nutricional e um canal para resgatar hábitos alimentares saudáveis.

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que os diferentes aspectos relacionados à alimentação escolar abordados neste estudo foram referidos positivamente pela maioria dos escolares envolvidos e que, apesar disso, a oferta dessa alimentação não é condição para que as crianças frequentem a escola.

Percebeu-se, ainda, que, apesar de a alimentação escolar ter sido considerada importante frente às dificuldades financeiras das famílias, ou devido à fome das crianças, durante a permanência na escola, o sabor das preparações, bem como a adequação dos cardápios aos hábitos alimentares dos escolares, parecem exercer forte influência na assiduidade dos mesmos ao Programa de Alimentação Escolar. O instrumento desenvolvido para a realização deste estudo conseguiu medir os diferentes aspectos que se objetivou estudar, relativos à adesão e à aceitação da alimentação escolar por parte dos beneficiários. A frequência de respostas, em todas as questões abertas e fechadas do questionário, foi alta, mostrando que a linguagem utilizada, dotada de termos frequentemente usados pela clientela em estudo, favoreceu o entendimento.

De forma geral, observou-se que só através de uma educação contextualizada ter-se-ia melhores condições educacionais, provocando uma real transformação social. Sendo assim, a utilização da merenda escolar de forma adequada, juntamente com os recursos didáticos, a estrutura física e a valorização dos professores podem melhorar o aprendizado e a frequência dos discentes nas escolas, gerando uma maior satisfação destes alunos e de suas famílias.

REFERÊNCIAS

AMARO, Lúcia Elena Matos. **Tem repetição, professora?...Um estudo sobre a prática da merenda escolar e seus significados**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação do Mestrado em Educação. Porto Alegre, 2002.

COSTA, Leiliam Magda Campos. **O programa nacional de alimentação escolar (PNAE) na perspectiva dos usuários: um estudo de caso**. Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Fortaleza, 2004.

Disponível em: <www.ceasacampinas.com.br>. ARTIGO: **Histórico da alimentação escolar**. Acesso em: 14/06/2011.

Disponível em: <www.cepagro.org.br>. ARTIGO: **Merenda escolar terá 30% dos produtos direto da agricultura familiar**. Acesso em: 20/05/2011.

Carvalho LMF de. **Preferências alimentares de crianças e adolescentes matriculados no ensino fundamental da rede pública da cidade de Bauru: uma análise de fatores ambientais no estudo da obesidade**. [dissertação]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo. 2005. 96p.

Danelon MS, Silva MV da, Alves V, Moré AD. **Segurança alimentar: análise das áreas de preparo e consumo de alimentos e perfil socioeconômico dos usuários dos programas e serviços disponíveis nas escolas públicas**. In: Anais do 11o Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo (SIICUSP), [CD-ROM]. Piracicaba – SP, 2003.

EVANGELISTA, Francisco Raimundo. **A agricultura familiar no Brasil e no nordeste**. Banco do Nordeste, 2000.

LEI nº 11.947/2009 - Alimentação escolar.

Flávio EF, Barcelos MFP, Lima AL. **Composição química da merenda escolar e diagnóstico nutricional de alunos de escola pública de Lavras – MG**. In: Anais do 19o Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos, [CD-ROM],

Recife – PE. 2004. Recife: SBCTA, 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 13(1): 85-94, 2006 93 Alimentação no ambiente escolar, Danelon et al.

Martins R de CB, Medeiros MAT de, Ragonha GM, Olbi JH, Segatti MEP, Osele MR. **Aceitabilidade da alimentação escolar no ensino público fundamental**. Saúde em Revista. Piracicaba, v.6, n.13, p. 71-8, 2004.

Monis LVP. **Educação nutricional e a formação do hábito alimentar no contexto do escolar**. Relatório de Iniciação Científica – Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP. Piracicaba – SP. 2004. 142f.

Oetterer M (Coord.). **Avaliação do programa de alimentação escolar: projeto FNDCT (FINEP) – BID**. (Relatório de pesquisa) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 1999. 365p.

Pipitone MAP, Ometto AMH, Silva MV da, Sturion GL, Furtuoso MCO, Oetterer M. **Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar**. Rev. Nutr. Campinas, v.16, n.2, p. 143-54, abr./jun. 2003.

Pancierera AL, Sturion GL, Silva MV da. **Subsídios para a gestão do Programa de Alimentação Escolar**. In: Anais do 6o Simpósio Latino-Americano de Ciência de Alimentos, [CD-ROM]. Campinas, 2005.

Sturion, GL. **Programa de alimentação escolar: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros**. [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 2002. 269p.

Sturion, GL, Silva MV da, Oetterer M, Galeazzi MAM, Pipitone MAP. **Aceitação das refeições distribuídas pelo programa de alimentação escolar: estudo de caso**. In: Anais do 19o Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos, [CD-ROM], Recife – PE. 2004. Recife: SBCTA, 2004.

Silva CTC da, Peixoto APS, Donadio MRG. **Contribuição da merenda escolar em relação à adequação protéico-calórica de estudantes das escolas estaduais da zona leste – Manaus/AM**. In: Anais do 19o Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos, [CD-ROM], Recife – PE. 2004. Recife: SBCTA, 2004.

APÊNDICE

ESCOLA: _____
SÉRIE DO ALUNO: _____ IDADE: _____ DATA: ____/____/____

Questionário

Opinião dos alunos quanto à importância da alimentação oferecida pelas Escolas públicas municipais de Serra Branca - Paraíba.

1º) Para você, a merenda escolar é importante?

- Sim
- Não
- Sim, só venho para a escola porque tem merenda

2º) Você come a comida oferecida na escola?

- Sim, sempre
- Sim, às vezes
- Nunca

3º) Você gosta da merenda escolar?

- Sim
- Não
- Não, mas sempre como

4º) A quantidade de comida oferecida a você na escola é:

- Boa, fico satisfeito
- Exagerada
- Pouca, ainda fico com fome

5º) A comida oferecida na escola é variada?

- Sim, sempre tem comidas diferentes
- Não, quase todo dia é a mesma comida

6º) Na alimentação fornecida na merenda escolar existe alguma que você não tem em casa?

- Sim
- Não

7º) Falta merenda algum dia na escola?

- Sim
- Não

8º) Você já deixou de vir à escola, por não ter merenda?

- Sim
- Não

9º) Você costuma trazer lanches de casa?

- Sempre
- Às vezes
- Nunca

10º) Você prefere os lanches de casa ou a merenda oferecida na escola?

- A merenda
- Os lanches de casa
- Os dois.

FOTOS DAS ESCOLAS PESQUISADAS EM SERRA BRANCA – PARAÍBA
(Fotografias pela autora do trabalho – 2011)



Foto 1. Cardápio do dia macarrão, soja e carne moída.
FONTE: Fotografias tiradas pela autora do trabalho (2011).



Foto 2: Macarrão ao molho
FONTE: Fotografias tiradas pela autora do trabalho (2011).



Foto 3: Preparo da soja com carne moída.

FONTE: Fotografias tiradas pela autora do trabalho (2011).



Foto 4: Merenda sendo preparada.

FONTE: Fotografias tiradas pela autora do trabalho (2011).

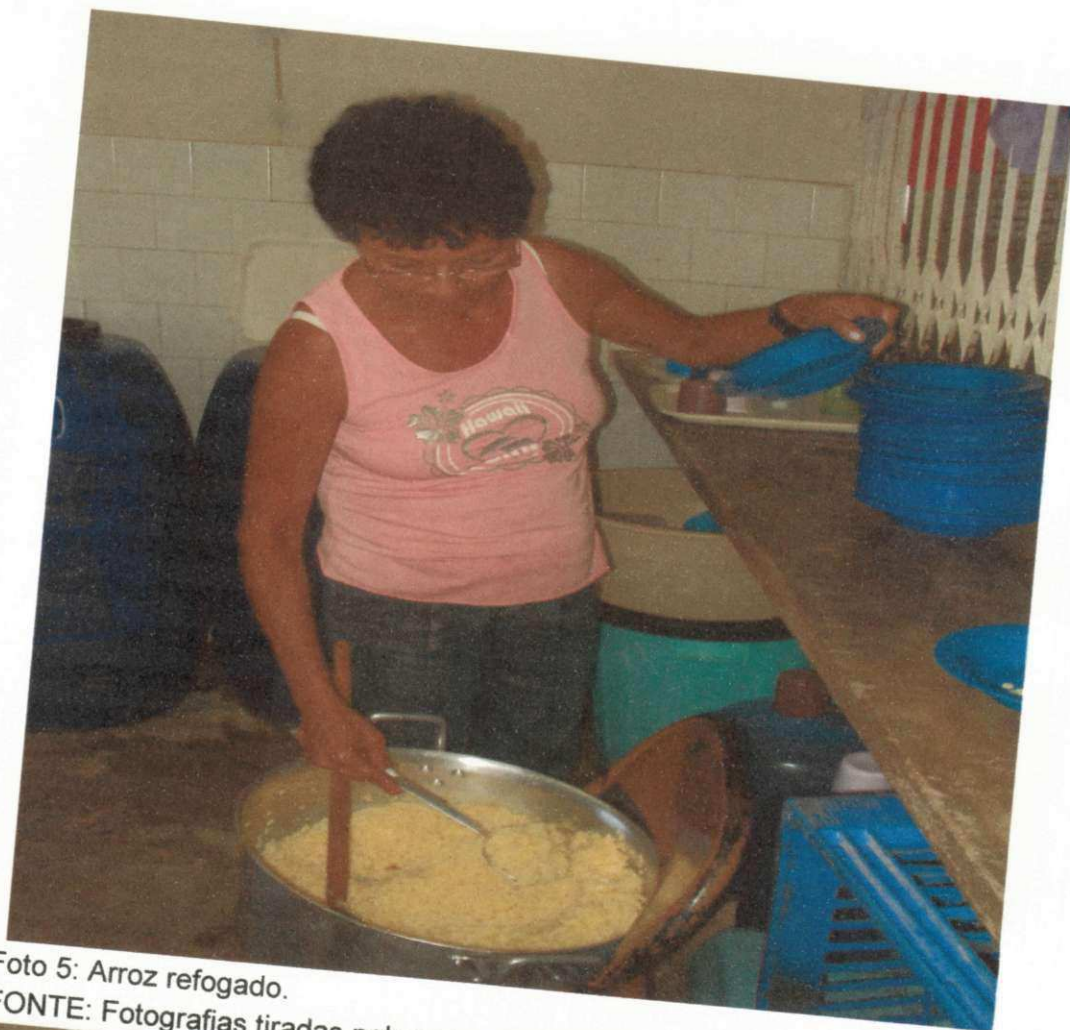


Foto 5: Arroz refogado.

FONTE: Fotografias tiradas pela autora do trabalho (2011).



Foto 6: Preparo dos pratos a serem distribuídos.

FONTE: Fotografias tiradas pela autora do trabalho (2011)

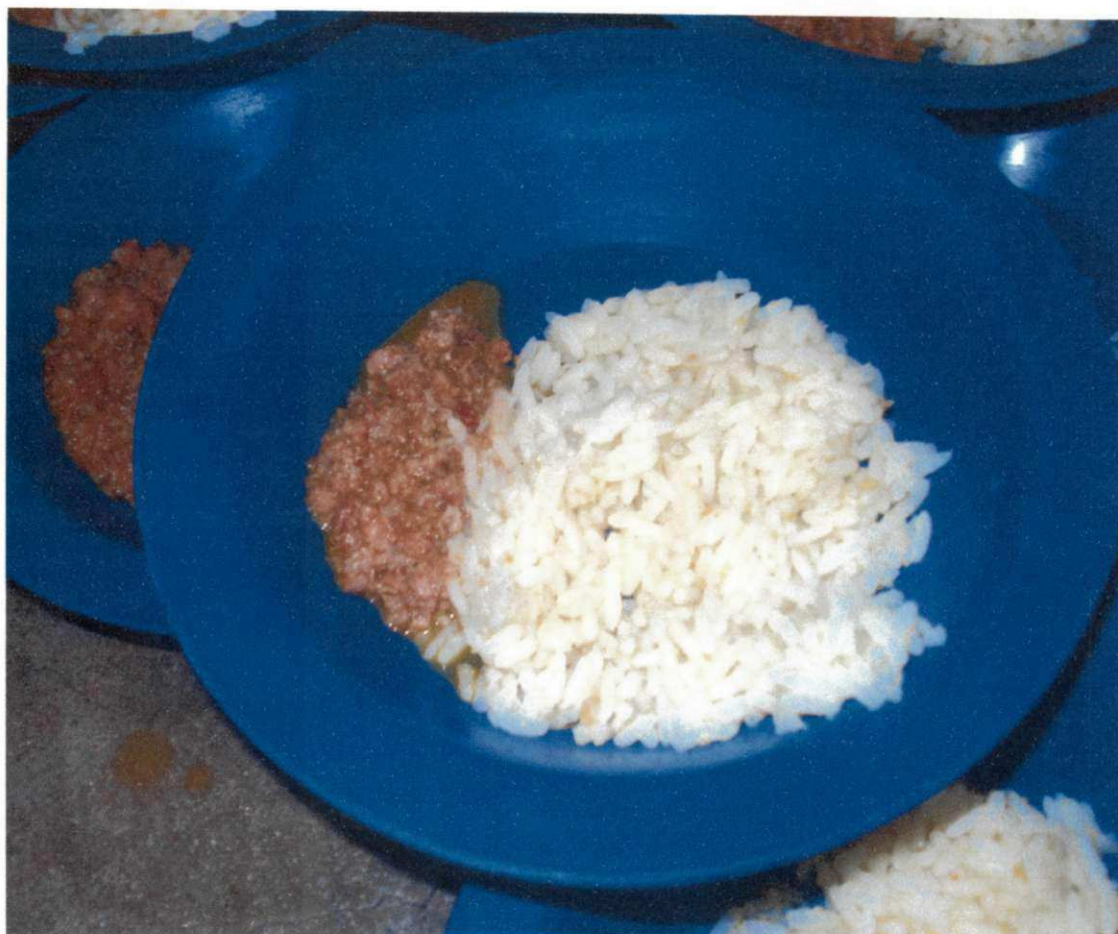


Foto 7: Merenda pronta para distribuição.

FONTE: Fotografias tiradas pela autora do trabalho (2011).



Foto 8: Alunos aguardando a distribuição da merenda.

FONTE: Fotografias tiradas pela autora do trabalho (2011).



Foto 9: Alunos merendando.

FONTE: Fotografias tiradas pela autora do trabalho (2011).



Foto 10: Aluno se alimentando da merenda fornecida na referida escola.

FONTE: Fotografias tiradas pela autora do trabalho (2011)